



O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA BNCC COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA

Leiriane Tomaz Ferreira Martins¹

Resumo: O presente estudo visa analisar a construção da Base Nacional Comum Curricular considerando as políticas públicas que a subsidiaram. O objetivo é analisar a BNCC da Educação Infantil e Ensino Fundamental no contexto histórico e político, bem como os documentos e políticas que subsidiaram sua construção visando contribuir para as discussões acerca das Políticas Curriculares nas escolas. Por se tratar de uma Política Curricular recente, faz-se necessário refletir sobre tal proposta em seu cerne, o período político em que foi construída, partindo-se da conjuntura de como os ideais neoliberais tem influenciado propostas curriculares e conseqüentemente a BNCC. Realizaremos pesquisas bibliográfica e documental, em bancos de dados informatizados, com abordagem qualitativa. Como resultado parcial, refletiu-se sobre concepções de Currículo escolar que envolvem diferentes tempos históricos, a explicitação de alguns documentos que nortearam a construção da BNCC, o processo de construção e a influência ideológica mediante o ideário neoliberal.

Palavras-chave: BNCC; Políticas Curriculares; Neoliberalismo.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho pretende trazer algumas reflexões referentes à Base Nacional Comum Curricular – BNCC da Educação Infantil e Ensino Fundamental e contribuir parcialmente para as discussões acerca dessa Política Curricular e seus desdobramentos na Educação. Nesse processo é necessário explicitar alguns documentos que subsidiaram a formulação da BNCC e investigar como os ideais neoliberais tem influenciado essa construção evidenciando as contradições presentes em contraposição à uma proposta de educação inclusiva e emancipadora. O objetivo é analisar alguns documentos e políticas que subsidiaram a construção e como a BNCC foi permeada por influências de ideários neoliberais. Tomando por base esse documento normativo que define aprendizagens e conteúdos considerados básicos, faz-se necessário compreender o Currículo Escolar como a base das práticas pedagógicas que acontecem na escola. Segundo Sacristán (2000): O currículo não é neutro. As mudanças nos currículos estão diretamente ligadas às estruturas sociais. Portanto, em diferentes tempos históricos, o Currículo Escolar se apresenta como um “território” em disputa como enuncia Miguel Arroyo (2013). As primeiras noções de currículo foram elaboradas por volta de 1920, nos Estados Unidos, com o livro *The Curriculum*, escrito por Bobbitt em 1918. Na perspectiva de Bobbitt, a questão do currículo se transforma numa questão de organização. O currículo é simplesmente uma mecânica. A atividade supostamente científica do especialista em currículo não passa de uma atividade burocrática (Silva, 1999).

¹ Especialista em Supervisão Pedagógica e Inspeção Escolar. cursando Mestrado em Educação na Linha de Pesquisa: Estado, Políticas e Gestão da Educação na Universidade Federal de Uberlândia. Professora da Educação Infantil e Séries Iniciais na Prefeitura Municipal de Uberlândia. Email: leirethiago@gmail.com.



METODOLOGIA

Realizou-se estudos e pesquisas bibliográficas e documentais, trazendo alguns autores como Laval (2019), Freitas (2018), documentos como a BNCC da Educação Infantil e Ensino Fundamental (2017), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) entre outros, perfazendo uma abordagem qualitativa de análise de dados com base epistemológica no materialismo histórico dialético.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A BNCC é um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens consideradas essenciais e que orienta a construção dos Currículos Escolares. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, abordou brevemente sobre Diretrizes e Bases da Educação no Artigo 22 e descreveu que: “Compete privativamente à União legislar sobre: XXIV _ diretrizes e bases da educação nacional” (Brasil, 1988). Aqui, a Constituição Federal já evidencia a criação de diretrizes e bases curriculares para a educação e foi primordial para engendrar pesquisas e estudos relacionados ao Currículo Escolar e à criação de Políticas curriculares no Brasil, que culminaram na Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – LDB. A LDB prevê competências e diretrizes que nortearam a criação de diretrizes e bases curriculares para toda a Educação Básica:

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

IV _ estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum. (Brasil, 1996).

Dessa forma, já se evidencia na LDB a necessidade de uma base curricular para orientar os currículos da Educação Básica. Até mesmo no Art. 26 estabelece que os currículos “devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino (Brasil, 1996). A BNCC é uma política pública curricular que foi construída e implementada no contexto neoliberal, portanto, diz respeito à uma política neoliberal. É importante ressaltar esse projeto neoliberal que avança de forma global e que tem influenciado na construção das políticas públicas no Brasil, com destaque na educação, buscando formas de minimizar ou até mesmo extinguir, o papel do Estado no provimento do bem-estar social e coletivo.

É relevante observar o interesse e a influência de poderosos organismos econômicos internacionais, como o Banco Mundial e a OCDE na elaboração das políticas públicas voltadas para a educação no Brasil, sempre com o pretexto de ampliar a sua “eficiência” e a qualificação dos trabalhadores. Sob o manto de neutralidade tais instituições procuram balizar ações do



governo estatais com o intuito de modificar currículos escolares e metodologias de ensino conforme interesses e demandas das burguesias nacional e internacional. (Fagiani; Previtali, 2017, p. 94).

A partir das influências de organismos internacionais como alguns citados, como também organismos nacionais, as políticas públicas são pensadas e construídas em prol da manutenção dos interesses econômicos de uma elite estrutural e não propriamente dos interesses e necessidades dos coletivos sociais. Portanto, as políticas curriculares são pensadas de forma pragmática, esvaziadas de conteúdo crítico e voltadas à determinação de objetivos claros e precisos corroborando um viés utilitarista:

A criação das bases curriculares se caracteriza cada vez mais pela prescrição de tarefas, pela determinação precisa de noções e conceitos – ainda que ameacem esfacelar os conteúdos –, pela definição de tempos de ensino em cada sequência e pela preconização do percurso pedagógico que o professor deve seguir, ou até do plano de aula. (Laval, 2019, p. 257).

A construção de referenciais ou bases curriculares cada vez mais fechadas e técnicas vão ao encontro de uma concepção que visa controlar os currículos escolares e conseqüentemente o trabalho pedagógico realizado em sala de aula, para que este seja realizado dentro dos parâmetros determinados pelas bases, sufocando a liberdade de pensamento crítico que leva ao questionamento das estruturas de poder. Ademais, é uma forma de padronizar o ensino e facilitar o controle por meio de avaliações.

Estes mecanismos estão em uma dinâmica: bases nacionais curriculares (tanto relativas ao que deve ser ensinado aos estudantes nas escolas quanto relativas à formação dos profissionais da educação) fornecem as competências e habilidades para “padronizar” o ensino e a aprendizagem; os testes (usualmente censitários) cobram a aprendizagem especificada pela base e fornecem, por sua vez, elementos para inserir as escolas em um sistema meritocrático de prestação de contas (accountability) de seu trabalho, alimentando a competição entre escolas e professores. (Freitas, 2018, p.80).

A BNCC foi construída nesse contexto que visa a responsabilização, padronização e o controle pedagógico em sala de aula de toda a educação básica. Em seu documento é explicitada a pedagogia das competências e aprendizagens consideradas essenciais para todos(as) estudantes, dessa forma, a BNCC está ancorada nas políticas que buscam “reduzir a cultura ensinada na escola às competências indispensáveis para a empregabilidade dos assalariados, promover a lógica de mercado na escola e a competição entre famílias e estudantes pelo “bem escasso” (e, conseqüentemente, caro) da educação”. (Laval, 2019, p. 39). E mesmo que na própria BNCC é explicitado que “cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar os currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana...” (Brasil, 2017), essa suposta autonomia é limitada visto que a BNCC é um documento de



caráter normativo e as aprendizagens “essenciais” são obrigatórias e objeto de avaliação a fim de maior controle do processo pedagógico que acontece na escola. Enfim, para que os(as) estudantes desenvolvam as competências preconizadas, a BNCC busca prepara-los para uma sociedade onde impera o capitalismo neoliberal e para a qual foi construída, desse modo, os(as) estudantes precisam se capacitarem a ponto de adquirir todas as competências e habilidades necessárias para viver em sociedade e obterem “sucesso” ao adentrarem em um futuro mercado de trabalho flexível e instável, numa escalada meritocrática, que prioriza a formação técnica para o trabalho em detrimento do direito à educação integral e humanizadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho refletimos brevemente sobre o contexto neoliberal que envolve o Currículo escolar para melhor compreensão da BNCC enquanto política curricular. Mencionamos algumas legislações que previram a construção de uma base curricular, iniciando pela Constituição Federal de 1988. Constatamos que a BNCC, em sua construção, sofreu a influência da agenda global neoliberal advinda de organismos internacionais e nacionais que buscam concretizar um sistema socioeconômico neoliberal. Para isso, visam implementar políticas públicas que estejam de acordo com as premissas neoliberais, efetivando políticas curriculares que padronizam e priorizam o controle através de avaliações numa lógica de atendimento aos interesses de setores privados. O documento da BNCC reforça a ideia de currículo como conjunto de práticas pedagógicas que visam preparar os alunos(as) para adquirir competências e habilidades necessárias à etapa do Ensino Fundamental, desse modo, desconsidera as especificidades da infância e as dimensões afetivas, culturais e sociais. Conclui-se que a BNCC, percorre para o sentido contrário do currículo escolar crítico e reflexivo que abriga as dimensões relativas à formação humanística e emancipadora.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 09 jun. 2023.



BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96. Brasília, DF: Ministério da Educação. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 09 jun. 2023.

FAGIANI, Cílon César; PREVITALI, Fabiane Santana. Estado de bem-estar social, neoliberalismo e estado gestor: aproximações globais. In: LUCENA, Carlos *et al* (org.). **A crise da democracia brasileira**. Vol. I. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Conjunturas e impactos na formação de educadores: análises e perspectivas**. Brasília, 15 mai. Site: Avaliação educacional – Blog do Freitas. 2023. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2023/05/13/conjunturas-e-impactos-na-formacao-de-educadores/>. Acesso em: 09 jun. 2023.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.

SACRISTÁN, G. J. **O currículo: Uma reflexão sobre a prática**. Trad: Ermani F. da F. Rosa. 3º ed. Porto Alegre: Artmed. 2000.

SILVA, Tomaz. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 24.